

Proposta: uma

A idéia é obter o engajamento de toda a sociedade num

trégua econômica.

projeto de reativação da economia e mudança dos rumos do desenvolvimento

Uma trégua econômica, nos mesmos moldes da trégua política proposta pelo presidente Figueiredo, foi sugerida ontem pelo vice-presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira, para quem é necessário que a sociedade como um todo se engaje na luta pela recuperação do País, através de um novo programa econômico, de prazo mais longo e não com soluções imediatistas.

O início dessa trégua, na verdade, pode ter sido o pronunciamento feito anteontem pelo ministro da Desburocratização e da Previdência Social, Hélio Beltrão, que considerou a recessão como "um remédio intolerável e desnecessário" e defendeu uma reativação geral da economia brasileira. Ontem, surgiram em todo o País manifestações de apoio às declarações de Beltrão, e elas vieram tanto de empresários como de políticos da situação e da oposição.

Ao lado desse apoio à Beltrão, começaram a surgir também sugestões práticas para a reativação da economia brasileira. Marcílio Marques Moreira, o autor da proposta de trégua econômica, por exemplo, disse que é necessário discutir amplamente os principais fatores que impedem a recuperação da economia brasileira que, na sua opinião, resumem-se na inflação, taxas de juros, desemprego e salários. "De que adianta apenas atacar o problema das taxas de juros se o desemprego aumenta, ou concentrar esforços no combate à inflação se os salários perdem poder aquisitivo?", perguntou Marques Moreira.

Para o vice-presidente do Unibanco, a definição de um novo programa econômico no Brasil é uma decisão que interessa aos próprios banqueiros internacionais, uma vez que eles não desejam a adoção de políticas imediatistas porque emprestam dinheiro pelo prazo de oito anos. Acrescentou que "a comunidade financeira internacional quer para o Brasil uma política consistente que acabe com as incertezas econômicas do País".

Sugestões

Em Brasília, políticos do governo e da oposição também propuseram várias medidas para modificar o quadro recessivo e, conseqüentemente, articular uma nova política que restabeleça o crescimento da economia. Eles entendem que poderá haver uma recuperação econômica, desde que o governo efetivamente a deseje, como afirmou o presidente Figueiredo ao governador Franco Montoro.

Depois de alertar que não adianta trocar ministros porque existe competência técnica, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) preconizou, inicialmente, o fim do sistema que privilegia a especulação financeira e praticamente impede investimentos produtivos.

Lembrando o recente episódio entre o presidente e o ministro Delfim sobre as taxas de juros, Severo recomendou: "Se Figueiredo quer conhecer a realidade, deve destacar uns agentes do SNI — que hoje escutam telefonemas de políticos do PDS e de ministros — acompanhados de contadores e rábulas, para sortearem várias empresas em diversas cidades, comparecer a estes locais e examinar contratos de financiamentos dos últimos 15 dias. Depois, o presidente mandaria o resultado ao Banco Central para ver como se mantém o juro alto e se realimenta a especulação financeira".

Como segundo ponto a ser alterado, o senador paulista apontou os subsídios concedidos ao capital, como o Fundo 157, que também reforçam a cadeia especulativa. Na sua opinião, tais incentivos devem ser revistos e reestudada uma forma adequada para a sua aplicação.

O senador destacou a conveniência de ser privilegiado o trabalho e não o capital, afirmando que os encargos sociais das empresas, hoje ligados aos salários, devem relacionar-se com o faturamento, "embora contra tal mudança estejam as empresas multinacionais". Finalmente, pregou incremento aos programas de saneamento, saúde, educação e habitação, que absovervem muita mão-de-obra.

Para o senador Marco Maciel (PDS-PE), a opção correta será, sem prejuízo de se manter uma política de controle do balanço de pagamentos e de taxas de inflação, a de incentivar programas que absorvam mão-de-obra, sobretudo não-qualificada, a exemplo da construção civil e de indústrias tradicionais, como a têxtil e a alimentícia, além da agricultura.

O deputado Paulo Lustosa (PDS), ex-secretário do Planejamento do Ceará, também considera viável a reativação econômica do País sem que isso provoque recrudescimento da inflação, através de estímulos e incentivos seletivos a determinados setores da economia.

Para o parlamentar, o Brasil deve parar de pensar apenas em

grandes projetos e partir para a implementação de projetos mais modestos, que exigem menos investimentos e trazem benefícios sociais mais imediatos, na área agrícola, energética, de exportação e muitos outros. Ele entende que isso pode ser feito sem o aumento da dívida externa ou da dívida interna do País.

Uma medida fundamental em qualquer plano anti-recessivo, segundo o parlamentar, seria a revogação do decreto que reduziu os índices dos reajustes salariais. Mantida a legislação anteriormente em vigor, estariam asseguradas melhor distribuição de renda e o nível de consumo de produtos das indústrias tradicionais, importantes absorvedores de mão-de-obra.

Governo se defende

Tantas sugestões de reativação da economia colocaram o governo numa posição defensiva, obrigando o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, a explicar que a "política econômica não é deliberadamente recessiva, ainda que o esforço para combater a inflação implique eventuais processos recessivos setoriais, que se procura combater através de ações especiais, como foi o caso da recente criação do Finsocial como instrumento de reativação da construção civil voltada para as classes de renda mais baixa.

Átila disse que o presidente Figueiredo não orienta a sua equipe de governo para praticar uma política recessiva, nem busca esse objetivo como meta administrativa. Segundo o porta-voz palaciano, nenhum governante consciente pode perseguir tal meta, mas às vezes se vê obrigado pelas circunstâncias a enfrentar problemas que o forcem a conviver com um processo recessivo.

— Infelizmente — afirmou o porta-voz — o Brasil vive hoje a realidade de um mundo economicamente recessivo e em meio a uma crise que se prolonga desde o aumento dos preços do petróleo, agravada nos últimos dois anos por uma forte retração dos mercados financeiros internacionais, o que obrigou os países subdesenvolvidos e que não contam com grandes recursos de poupança interna a retraírem o seu nível de crescimento.

Carlos Átila disse, porém, que o presidente Figueiredo vem permanentemente orientando os seus ministros para que busquem fórmulas de aliviar o quadro recessivo nacional, visando principalmente minorar as dificuldades das classes de renda mais baixa, e aumentar o nível de emprego no País.

Apoio a Beltrão

De todas as propostas para a reativação da economia, a que obteve maior repercussão foi a do ministro Hélio Beltrão. O presidente do PMDB gaúcho, senador Pedro Simon, por exemplo, afirmou que "mais uma vez, o ministro Beltrão faz um pronunciamento da maior importância, do maior significado. Somos inteiramente solidários a ele; pena que o ministro Delfim Neto, que tem força, não tenha o mínimo interesse de ouvir um pronunciamento dessa natureza, e pena que o ministro Beltrão não exerça sobre o presidente da República a mesma influência que Delfim".

O senador oposicionista destacou o trecho do discurso de Beltrão em que ele, ao combater a recessão e o desemprego, defende a "eliminação de nossas carências básicas, numa batalha contra o desperdício e na luta pela descentralização administrativa e econômica". Conforme Simon, "essas são bandeiras da oposição, e principalmente do MDB. Sinceramente, eu assino abaixo das palavras do ministro. É lamentável que um homem com a experiência de Hélio Beltrão não tenha possibilidade de ser ouvido, de ser acatado, de ser chamado pelo presidente para falar. O presidente deveria ouvir esse pronunciamento e responder". Também o presidente do PDS gaúcho, deputado federal Vitor Faccioni, ao manifestar sua conformidade com as declarações de Beltrão, disse que "inflação por inflação, sempre é melhor que ocorra com expansão da economia, e não com recessão. O Brasil lamentavelmente enveredou pela via contrária, pois, ao adotar a recessão como combate à inflação, não conseguiu nem combater a inflação, e ainda amarga as próprias conseqüências da recessão".

"A recessão é o remédio convencional para o combate à inflação, mas os últimos índices inflacionários mostram que esse remédio tradicional não é capaz de combater o mal. É preciso buscar soluções mais criativas, e uma delas pode ser a homeopatia econômica, isto é, em vez de combater a inflação com recessão, combatê-la com a expansão da economia."